

CONVERSAS

Tim CAHILL



Tim Cahill é representante da Anistia Internacional em Londres, na Inglaterra. Trabalhou no Brasil, onde pôde travar contato com as favelas do Rio de Janeiro e a realidade socioeconômica nacional. Nesta conversa, falou-nos sobre a "Guerra ao Terror" e a tortura, a precária situação dos direitos humanos na América Latina e no Brasil, e a importância que uma sociedade civil atuante desempenha no processo de defesa de seus direitos.

A Anistia Internacional acaba de lançar o seu relatório de 2005, intitulado "Nova Agenda Perigosa". Por que esse título?

A Anistia Internacional acredita que houve uma traição, por parte de governos e de organizações internacionais, em relação às promessas feitas 60 anos atrás, após a II Guerra Mundial, de defender e proteger os direitos humanos de todas as populações do mundo. Nós acreditamos que 2004 foi um ano precário para os direitos humanos, tanto pela falta de intervenção internacional em crises importantíssimas, do ponto de vista dos direitos humanos, como no Sudão, no Haiti, na República Democrática do Congo; como também entendemos que, durante a "Guerra contra o Terror", houve vários atentados promovidos por governos e, especificamente, no caso dos Estados Unidos, práticas de tortura, tanto nos presídios de Abu-Ghraib, no Iraque, como em Bagram, no Afeganistão, além da transferência de detentos para locais onde se sabia que haveria tortura. Isso, de uma certa forma, contribui para a preocupação da Anistia de que os esforços para centralizar o conceito de "direitos humanos" não estão sendo feitos e, ao mesmo tempo, uma reavaliação de como se está combatendo o terrorismo no mundo inteiro

"A Anistia Internacional acredita que houve uma traição, por parte de governos e de organizações internacionais, em relação às promessas feitas 60 anos atrás, após a II Guerra Mundial, de defender e proteger os direitos humanos de todas as populações do mundo"

também não está sendo feita.

Estariam então os governos apenas emprestando uma linguagem da justiça e da liberdade para prosseguirem com políticas de medo e de insegurança?

Sim, certamente. Nós temos visto, no Reino Unido, reformulações de legislação que excluem a defesa de direitos humanos; temos visto uma reavaliação do estatuto dos soldados britânicos no Iraque, que não têm sido considerados responsáveis sob as normas de direitos humanos, quer dizer, quando os soldados estão agindo no Iraque, elas não respondem às normas de direitos humanos, respondem somente às leis inglesas. E nós, países como a Inglaterra, que intervimos na situação do Iraque para defender os direitos humanos... Então vem a grande preocupação [da Anistia] com a implementação dos conceitos de "justiça" e de "segurança" – prometidas por esses governos, mas que não se vêm refletindo em ações concretas. Não tem passado de um discurso vazio.

A situação dos direitos humanos no Brasil e na América Latina, nos olhos críticos da Anistia, foi também avaliada?

Sim. Falando em geral da América Latina, nós temos percebido uma continuação das transgressões dos direitos humanos em várias regiões, perpetradas por grupos armados. Os níveis de criminalidade têm afetado boa parte da população. Há as situações de conflito, como na Colômbia. Sistemáticos abusos, por parte de policiais, em vários países. E há também a questão das necessidades socioeconômicas, que não vêm sendo providas pelos Estados, o que tem sido documentado pela Anistia. Além do que, há um pequeno espaço e muitas ameaças aos defensores dos direitos humanos na América Latina. O espaço que resta aos defensores de

Entrevista transcrita sob autorização da *Rádio das Nações Unidas*, à qual se reservam todos os direitos.

13

direitos humanos é visto como diminuto, e o trabalho dessas pessoas vem sendo mais e mais desqualificado.

Em termos do Brasil, a nossa preocupação está focada no fato de que houve uma grande promessa, com a eleição do presidente Lula, muita esperança com as promessas na área de direitos humanos, mas continuamos não vendo uma "entrega" nessa promessa. Têm acontecido ações importantes, como demarcações de terras indígenas, a campanha por desarmamento, mas continuamos a documentar sistemáticos abusos pelos agentes da Polícia, alto número de mortes promovidas por agentes do Estado, tortura, violações no setor do campo e também contra povos indígenas. Eu acho que dois casos, ocorridos este ano, simbolizam o nível do problema e a falta de ação profunda do governo Lula: a morte da irmã Dorothy Stang e o massacre na Baixada Fluminense, em março de 2005. Dois acontecimentos que refletem dois tipos de violência diferentes. Um, a violência dentro da cidade, corrupção dentro da Polícia, as ações dos "esquadrões da morte"; outro, as violações no campo... E a impunidade desses dois casos, mesmo que algumas pessoas já tenham sido detidas, levanta preocupações para a Anistia.

"Acho que dois casos, ocorridos este ano, simbolizam o nível do problema e a falta de ação profunda do governo Lula: a morte da irmã Dorothy Stang e o massacre na Baixada Fluminense, em março de 2005"

As Nações Unidas completam, em 2005, 60 anos de existência. As iniciativas de reforma das Nações Unidas foram também objeto da análise da Anistia Internacional?

Sim. A Anistia Internacional acredita nas palavras do secretário-geral, Kofi Annan, de que o Conselho de Segurança virou, hoje em dia, um "mercado de troca", e não uma zona para debate, para direitos humanos. O que a Anistia hoje quer ver é que os direitos humanos sejam realmente um tema central a todo o trabalho das Nações Unidas. Nesse sentido, a Anistia Internacional tem requisitado uma Comissão de Direitos Humanos com papel central na ação das Nações Unidas, que não se envolva com as politicagens que têm ocorrido no seio da ONU.

"Temos citado o caso de Madri, quando a população rejeitou a violência dos grupos terroristas pela via das urnas e, ao mesmo tempo, rejeitou as posições do governo por não prover segurança. Nós, então, reconhecemos a importância dessa voz popular"

Qual seria a mensagem da Anistia Internacional para a sociedade civil?

A Anistia tem reconhecido crescentemente o poder da sociedade civil, um poder "popular", digamos. Temos citado o caso de Madri, quando a população rejeitou a violência dos grupos terroristas pela via das urnas e, ao mesmo tempo, rejeitou as posições do governo por não prover segurança. Nós, então, reconhecemos a importância dessa voz popular. A Anistia tem trabalhado muito para tentar reforçar esses grupos no Brasil, nas áreas mais carentes, incentivando os movimentos de base, a criação de grupos de direitos humanos nas comunidades. Há muito espaço para que esses grupos possam reivindicar os seus direitos humanos hoje em dia.